

Universidade, Tecnopólicas e Singularidades

University, Tecnopolitics and Singularities

Breno Silva e Simone Tostes*

Resumo

O artigo aborda as tecnopolíticas a partir das forças em embate no campo sociopolítico e suas reverberações na universidade e na experiência cotidiana do espaço da cidade. Inicialmente discute-se o engajamento dos campos de saberes e práticas com as forças dominantes do campo social. São desdobradas as conexões entre o campo do urbanismo, os novos âmbitos de ação por ele criados e sua operacionalidade para as demandas de controle do espaço pelo capital em suas frentes de exploração econômica e subjetiva sempre em expansão. Em seguida, o artigo aborda as tecnopolíticas como possibilidade de uma outra política de relações no âmbito da experiência e da produção do espaço nas cidades. O artigo propõe uma abordagem das tecnopolíticas a partir do desdobramento da noção de singularidade. Discute-se uma ética dos encontros que prescindir das modelizações dominantes e se abre aos desvios, aos conflitos mal resolvidos, às irrupções e aos desencontros, possibilitando a produção de outras subjetividades capazes de ativar a capacidade co-criativa e expandida, recriando os campos de força e de ação fora dos domínios privilegiados de sua produção que tendem a reproduzir as palavras de ordem da participação teleguiada, o endogenismo acadêmico e os interesses do marketing e da produção empresarial.

Palavras-chave: Tecnopólicas; universidade; tecnologia social; singularidade.

Abstract

The article approaches the technopolitics from the forces in conflict in the sociopolitical field and their reverberations in the university and in the daily experience of the city space. Initially we discuss the engagement of the fields of knowledge and practices with the dominant forces of the social field. The connections between the field of urbanism, the new scopes of action created by it, and its operability for the demands of control of space by capital in its fronts of ever-expanding economic and subjective exploitation are unfolded. Then, the article approaches technopolitics as the possibility of another policy of relations in the field of experience and the production of space in cities. The article proposes an approach to technopolitics based on the unfolding of the notion of singularity. An ethics of meetings that dispenses with dominant modeling is discussed and opens up to deviations, unresolved conflicts, irruptions and disagreements, allowing the production of other subjectivities capable of activating co-creative and expanded capacity, recreating the fields of force, and action outside the privileged domains of its production that tend to reproduce the slogans of guided participation, academic endogenism and the interests of marketing and business production.

Keywords: Technopolitics; university; social technology; singularity.



Apesar da sequência geral do título, tendendo a uma temática vasta e transbordante do formato artigo, a singularidade nos oferece a bifurcação para uma abordagem ética sobre o grande caminho da produção de conhecimento desviando das relações de poder modeladoras nas escalas institucionais, o que tange a universidade, o ensino tecnológico e a dimensão empresarial subtraída do mundo do trabalho. E o recorte das ciências sociais aplicadas torna-se espaço privilegiado para mirar microscopicamente a atuação do pesquisador como um “objeto” de pesquisa. Isso, pois a “ética do respeito” (BAPTISTA, 2010, p.103-117) mais ou menos amalgamada à da responsabilidade social – aqui ainda sem reverberar no slogan empresarial – consistem o plano relacional da pesquisa. É ele o possibilitador dos atravessamentos entre o pesquisador e aqueles aos quais ele ilumina os recortes e aplica soluções. Dos detalhes corroborantes sai a voz modulada, nem sempre previsível, mas emoldurada pela luneta da previdência conceitual e técnica em uníssono. Às vezes em prol da âncora de pensamento, associada à ética do respeito, soluções se sobrepõem à reciprocidade dos atravessamentos. E o pesquisado, seja ele sujeito ou não, vira espelho, respondendo aquilo que esperam dele – ainda que seja algo inesperado ou imprevisível. Isso dá um contorno confortável ao pesquisador, uma certa isenção que lhe permite, por exemplo, dormir o sono dos justos após trabalhar com pessoas em situações bastante vulneráveis. Num certo sentido, ele tira o seu corpo fora. A sua parte é pouco atravessada por aquilo que desvia da moldura ou do espelho e mesmo o seu sono frágil é protegido pelas grossas paredes institucionais. Paredes estranhamente opacas e simuladoras de transparências, elas reforçam distâncias e garantem a arregimentação do saber na torre do poder.

As relações entre ambos, saber e poder, os enlaçam em um mesmo regime e não se dissociam das relações de forças que o sustentam, estreitando-se nos modos de descrever o que se vê e as práticas destinadas a modificá-lo: o visível e o dizível, assim como as forças que os conectam e os tornam possíveis, se transformam junto com o próprio exercício de dominação. “Os de cima e os de baixo [...] mudam ao mesmo tempo que o sistema de poder que os une.” (Topalov, 1996, p.28). Os modos de ver o outro, quem vê e o que é visto são produzidos por modos de ação, ou técnicas, secretadas pelas redes de relações que constituem os exercícios de poder de uma época, abertos a avanços e retrocessos. Estas visibilidades, por paradoxal que pareça, não são imediatamente visíveis, não saltam aos olhos, como ressalta Gilles Deleuze na leitura que faz da obra de Michel Foucault: “Elas são até mesmo invisíveis enquanto

permanecermos nos objetos, nas coisas ou nas qualidades sensíveis, sem nos alçarmos até as condições que as abrem. [...] as evidências se tornam incompreensíveis a uma outra época.” (DELEUZE, 2005, p.66). Ainda Deleuze (2005, p.66): “A condição à qual a visibilidade se refere não é, entretanto, a maneira de ver de um sujeito: o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada da visibilidade.”

O espaço da cidade transformado em ameaça a demandar controle e ordem liga-se a uma destas remodelações estratégicas dos regimes de poder que criam novos problemas a partir de novos sujeitos, novos objetos e novos modos de abordá-los. Ali onde as hierarquias tradicionais se dissolvem alterando arranjos existentes, surge a percepção de perigo e a solicitação de intervenção. Algo estremece e se rompe ao mesmo tempo em que novas visibilidades se constituem. A demanda pela organização da cidade assinala a investida desestabilizadora do capitalismo sobre o espaço, cuja heterogeneidade constitutiva passa a ser percebida como entropia e desordem, desvio a ser lido, abordado e traduzido à força de ser domesticado. A autoridade do especialista é assim condição e resultado da demanda de controle sobre o espaço, transformado em organismo com suas partes funcionais ou disfuncionais por alusão a uma funcionalidade ideal, assim como cada especialidade é uma das partes funcionais ao organismo da ciência. A forma, o objeto e o objetivo de cada intervenção dizem de padrões e visões que extrapolam as bases internas dos campos de conhecimento (Ribeiro, 1996) e remetem à constituição do problema-cidade nos quadros da sociedade capitalista. A lógica de relações que transforma o saber em técnicas de ordenação e cria pesquisadores como funcionários da ordem torna-se uma das coordenadas desta nova visibilidade.

As redes que outrora secretaram a reforma social, o notável ilustrado e o desvalido tutelado preparam e cedem terreno para outras redes que vão disputar a primazia da leitura e da produção de mundos. Novas e intrincadas redes que agora secretam a uma só vez a administração tecnocrática, o especialista e o beneficiário (Topalov, 1996) em agenciamentos de anonimato que reatualizam a antiga tutela, recriada em novas bases e conduzida a outras paisagens. Não mais as da moral, do dever e da caridade personalista, mas as da eficácia impessoal da tabulação de dados e tratamento da informação. O mundo submetido a um novo olhar unifica-se em realidade social que demanda à ciência definir os encadeamentos de causas e efeitos que permitirão extrair elementos e agrupá-los em sequências objetivas e mensuráveis. Sequências que explicam os problemas e designam os âmbitos da

ação racional capazes de solucioná-los. O arbítrio pessoal dá lugar à norma científica e abstrata de valor universal que produz, ao enunciar, as necessidades objetivas do indivíduo e do grupo, assim como o meio para satisfazê-las em operações que implicam ao mesmo tempo um conhecimento e um mascaramento das realidades da vida do outro:

Cada indivíduo se situa em uma série de posições independentes umas das outras, construídas por vários sistemas de classificação prática. Enquanto as leis científicas ignoram o indivíduo concreto, as normas que as ciências permitem estabelecer reconstróem um indivíduo diferente, que se converte em sujeito de administração. (Topalov, 1996, p.41).

Usuário, beneficiário, paciente, atingido, desassistido, vacinado, desempregado, pensionista, aposentado, favelado, suburbano, morador da periferia. Catador, gari, analfabeto, precarizado, assalariado. Removido, desabrigado, pobre, mendigo, pedinte, morador de rua, grupo em situação de vulnerabilidade social. Mas também leitor, consumidor, estudante, ouvinte, eleitor, pesquisador, acadêmico, professor. O indivíduo, seja ele sujeito ou objeto de intervenção, é produzido na intersecção de uma multiplicidade de redes de instituições, tecnologias e dispositivos nas quais a ciência e a academia desempenham papel cada vez mais estratégico. Técnicas, objetos e métodos oriundos das disciplinas científicas constroem a referência de objetividade e legitimidade que encerra no circuito de especialistas, experts e pesquisadores a definição de problemas e a formulação de questões por meio de operações responsáveis por organizar “a centralização e o monopólio da produção de conhecimento nos laboratórios e gabinetes de experts, a centralização da tomada de decisão política nas instituições e a centralização da produção do discurso público nas redações da mídia.” (Lazzarato, 2011, p.124).

Esta legitimação fornece ao especialista a crença de agir cientificamente em prol dos interesses superiores da sociedade e não de interesses particulares de grupos (Topalov, 1996), no momento mesmo em que se coloca a serviço destes:

[...] enquanto os negros apodreciam nas senzalas, teorias médicas enquadravam-nos em sub-raça. Históricas, frágeis e nervosas, eram assim definidas as mulheres por uma psiquiatria que sinalizava o avanço público da mulher. Fomentador da desordem, promíscuo e perigoso era o perfil do trabalhador, enquanto vilas operárias eram construídas pelos patrões para um maior controle e

vigilância dos seus atos. A perigosa vida fora das fábricas era cuidada pela polícia e pela medicina patronal. (Baptista, 1990, p.46).

A produção destes indivíduos-objetos não se dissocia dos poderes que incidem sobre o espaço das cidades e produzem novas relações e frentes de ação. Nelas se requer a produção do sujeito individuado, assim como a ativação e a captura de seus componentes pré-subjetivos. Sujeição e dessubjetivação são assim processos opostos e complementares que investem sobre as relações de poder e de saber.

Mas esses processos, apesar de dominantes, vacilam na impossibilidade da totalidade relacional ou de uma inversão de papéis, subsistindo, ainda que fragilmente, um plano relacional pautado na indeterminação^[1].

Neste resto da captura, uma possibilidade de atravessamento se vislumbra em uma experiência produtiva de indeterminação na qual as partes se movimentam fora do espelhamento e das vozes dadas. Sem a reciprocidade objetivada a iluminação da questão se torna mais difusa e as soluções engasgam, o pesquisador é atravessado e as demandas amplificadas pelo desejo. Um sonho pode encaminhar processos nas alças institucionais? Num lapso o pesquisador se pergunta sobre o alcance ético de seu trabalho:

“Técnicas e objetos científicos representam o destino de um pensamento e de uma época. Cabe-nos perguntar se estes instrumentos produzem subjetividades que possam, partindo de seus limites, ultrapassar a si mesmos gerando novas formas de subjetividades e criando condições para que os objetos não identificados não impeçam a produção de uma nova sociedade [...] uma solidariedade gerada pelas interpelações do diverso e da indignação” (Baptista, 1990, p.30)

Pensando sobre a capacidade técnica, as repercussões éticas e a produção de outras subjetividades reestruturando a sociedade, nos parece desejável uma aproximação da noção de tecnologias sociais no âmbito da experiência e da produção do espaço nas cidades. As tecnologias sociais abrangem um conjunto infundável e cada vez mais popular no domínio acadêmico de investidas para resolução de questões urgentes e estruturais das camadas mais excluídas da sociedade.

[1] A noção de intimidade é definida por Dunker (2016, p. 296) como “experiência produtiva de indeterminação.

Tais investidas perpassam as técnicas inseridas em contextos locais considerando repercussões educacionais, ambientais, econômicas e políticas. São pautadas em soluções acessíveis tanto financeiramente, quanto em termos de execução e preferencialmente realizadas mediante o intercâmbio de saberes entre os técnicos e as pessoas imediatamente afetadas pelas tecnologias. No que condiz ao “tanto quanto” o acesso se dá em mão dupla implicando o desenvolvimento de soluções por parte do pesquisador considerando uma abrangência de variáveis e da apropriação mais ou menos inventiva pelo atingido contemplado. Uma se afirma à distância no já dado das soluções técnicas e a outra na precariedade artesanal das soluções a partir, por exemplo, de reciclagens de garrafas pets. Porém, no “preferencialmente” - talvez dizendo de um desejo nosso - o intercâmbio de saberes, ao nosso ver, ainda é uma lacuna na produção dessas tecnologias.

Ao escutar o termo tecnologias sociais o pesquisador distraidamente dissimulado questiona não se tratar de uma redundância, já que toda tecnologia enquanto produção de uma sociedade e a serviço de uma sociedade já seria inerentemente social. Contornando o questionamento do óbvio, o que parece se colocar no social das tecnologias é a capacidade co-criativa e expandida para fora dos âmbitos tradicionais e privilegiados de sua produção. Ou seja, fora do endogenismo acadêmico e do privilégio dado aos setores produtivos empresariais. Fora também de uma participação teleguiada tendendo à folclorização opressiva das pessoas. Trata-se, por exemplo, de se enveredar na produção sobre uma determinada realidade no cotidiano da cidade numa revalorização dos campos de força e de atuação. Poderíamos avançar cada vez mais no fora e dizer fora da dominância dos saberes técnicos e acadêmicos, da sua subordinação aos ditames do capital, e mais ainda, fora das dominâncias dos saberes populares domesticados e folclorizados por essas instâncias. Poderíamos avançar ainda mais longe, tateando um fora do social, para encontrar, quem sabe, não a barbárie, a irracionalidade ou o terror desumano, mas uma disposição vital e persistente para conexões de outra natureza.

Visando a uma reparação no âmbito das desigualdades sociais, é inegável um movimento de baixo para cima em termos de aplicações locais de tecnologias, de mobilização e de reestruturação de modelos sociais. Porém o espaço intrigante da partilha do conhecimento - sem nos eximir das relações de saber poder -, o ponto de transformação da realidade social, ou está dado pela tecnologia que vem de fora e deve ser apropriada, isso na maioria dos casos, ou em especulações frágeis das

populações locais, calcadas num empoderamento social vindo de fora daquela realidade de modo estruturante e controlador. Evidentemente que não se trata de um problema de disputa entre a originalidade científica ou dos saberes populares. A questão posta entre o dentro e o fora são as proporcionalidades das intrusões, as medidas de atuação a partir de cada participante numa situação específica. Se as tecnologias sociais pressupõem a atuação na escala local como possibilidades de replicações a partir de adaptações em outros contextos, talvez seja o caso de se pensar a técnica sobre o mesmo pressuposto. Isso quer dizer, pensar e produzir técnicas inventivas e plásticas, que mesmo diante de seus apriorismos científicos possuam aberturas para redimensionar as proporcionalidades de sua invenção e aplicação. Daí as repercussões para o pesquisador a partir da necessidade de uma metodologia incompleta, falha, para se perder no hibridismo por saberes desempoderados. Descentralizar em si aquilo que observa, e no fora de si, o pensamento está aberto ao contágio e a contribuições não dominadoras.

Nessa outra proporcionalidade da intrusão, o pesquisador baixa a imunidade do saber. A solicitação da ampliação de sua vulnerabilidade acompanha a questão metodológica amparada por uma ética que recai sobre ele e o outro. Trata-se de uma ética de relação. Parece mais uma redundância, pois a ética pressupõe preceitos e valorações sobre a vida em sociedade, mas trata-se de diminuir o distanciamento entre os envolvidos, de perturbar o sono do pesquisador. Supondo essa baixa de resistência, ele inventa com o outro as soluções para ambos, seja a solução para determinado problema local muito específico, seja a solução precária para o impasse da relação saber-poder das tecnologias sociais. Supondo mais ainda que as soluções não sejam definitivas, não muito bem resolvidas, implicam numa política desde a negociação na precariedade até a reverberação tremendo a inabalável cooperação do saber-poder. A abordagem de um desenvolvimento tecnológico com foco na criação fora dos domínios confortáveis, ainda que a criação seja por si mesmo tomada por uma afecção desconfortável, encontra o seu espaço fora dos esquadrihados territórios acadêmico e da comunidade. Um espaço arriscado, inquieto, errante, se desenha como uma geometria de deslocamento. Nesse espaço da invenção: “Inventa-se porque o que ele encontra nesse perder-se poderá ser insuportável se o viajante lastimar ou tentar recuperar a eficiência dos velhos parâmetros. Cria-se porque os espaços não são desenhados na mais completa paz.”(BAPTISTA, 2010, p.108).

As tecnologias sociais enquanto produtos da inventividade provocam a produção de espaços inquietos. Essa inquietude bifurca nos espaços de práticas educacionais. As universidades, institutos tecnológicos, escolas de ensino básico, fundamental e médio, mas também a casa, a rua e a cidade, podem ser espaços que possibilitam a produção de conhecimento e formação para o mundo do trabalho, compreendido como formas criativas de transformar realidades visando à melhoria da qualidade de vida da coletividade. Sob esse aspecto, são espaços inquietos de reinvenção, inclusive deles mesmos. Para vigorar outras realidades escolares, seria preciso inicialmente um pacto entre a insubordinação e o sonho. Outrora os reveses do espaço faziam a sobreposição dos usos. Escola deriva do vocábulo grego *skholê*, em que ês significava “descanso, repouso, lazer, tempo livre; estudo; ocupação de um homem com ócio, livre do trabalho servil” e do latim *schôla*, *scholae* significando, entre outros, “lugar nos banhos onde cada um espera a sua vez, divertimento, recreio”. Inicialmente espaço de prazer, do lado de fora onde se banhava nos rios e se passeava adentrando cada vez mais no espaço obscuro da floresta - espécie de imagem para um caminho experimental do conhecimento -, onde o divertimento era irrestrito. Mas no modelo que conhecemos a escola foi esquadrihada, regulada no continente de caixas onde as disciplinas subordinam aqueles que nela adentram. E a produção de conhecimento sai das miríades da floresta de vida noturna animada para encaixar o saber iluminado artificialmente nas salas de aula. Caixa essa que faz do território da escola um campus, que se origina do espaço de organização para as batalhas dos soldados romanos. Sentido, ordenação, direção unilateral, meia volta volver sobre um comando superior e uma hierarquia muito bem definida. Espaço de pretensão microcósmica na produção do saber.

Fazer do campus um espaço que não promova a batalha da exclusão desde seu interior passa por um processo de revisão autocrítica dos espaços instituídos das práticas educacionais. Talvez seja esse o sentido mais imediato para um alarde de desarmamento nas escolas. Desarmar para aprimorar a escuta e a relação com o outro enquanto experiência produtiva de indeterminação. Por sua vez, a cidade pode ser outra imagem de tangibilidade, assim como a floresta animada, para o espaço obscuro de produção prazerosa de conhecimento. Nos parece ser preciso inicialmente estranhá-la. Esquivá-la das prescrições urbanísticas e adentrar na singularidade de uma solução de apoio para uma caixa d'água avistada da janela do ônibus pelo alto do muro de uma casa; conversar com quem vê a cidade de baixo, com as crianças brincando nos

buracos dos muros, com os habitantes das ruas, sentados na calçada ou encostados nas paredes e portões de lojas fechadas enquanto observam pessoas que tentam se anular a qualquer custo no deslocamento entre um lugar e outro. Estranhá-la um pouco mais e se aproximar intuitivamente da inteligência material das coisas antes da captura intelectual das soluções técnicas. Nessas conversas, provoca-se a insubordinação das situações e dos fatos materiais constituintes de uma cidade difícil de se denominar, de se categorizar. Essas insubordinações sussurradas podem levar a reivindicações coletivas e a revisão das técnicas e tecnologias prescritivas?

“Vocês são um deserto para mim”, escutamos de um habitante das ruas no caminho de sempre para a padaria. Ele falava a esmo, para si mesmo como um pensamento descarrilhado pela fala e, ao mesmo tempo, se dirigia a todos os passantes naquele instante em uma rua comercial movimentada do centro da cidade. Falava de um canto sujo encostado na parede que fazia a vez de um anti-outdoor, onde qualquer slogan estaria tampado pela poeira impregnada. Aderido àquele espaço, ele se tornava imperceptível para os pedestres hipnotizados na maquinação do deslocamento. O trecho da aderência virava cena de um videoclipe para a moça transeunte alucinada escutando música pelo fone de ouvido; um não lugar para o executivo cheio de demandas burocráticas e para o pagador de contas em busca de uma lotérica; um lugar de caça de assinaturas para o jovem empregado de uma empresa ecológica peneirando doações; um espaço a ser notado no fim de semana pelo caridoso distribuidor de sopas; um espaço de dúvida para o estudante angustiado. Ele pensava: “olhando para ele sinto pena de mim, sinto medo na medida em que me invade um sentimento de um dia estar na mesma situação que ele”. No instante seguinte avistamos o pensador do deserto da cidade cumprimentando uma senhora que saía do prédio ao lado para passear com o cachorro. Parecia que todos os dias ele olhava para ela com um olhar brilhante de um saber antigo e perdido, saber de um profundo conhecedor sobre as saídas banais cotidianas das pessoas. O interesse investigativo daquele olhar era desconcertante. Que tipo de tecnologia produziremos desse sem conserto? Como atuar no espaço-tempo inútil?

Nos desertos dos campi as soluções técnicas são como oásis, conectores com o fora dali e, às vezes, miragens. As soluções prévias em vários casos se ajustam aos problemas locais e as técnicas seguras de si são instrumentos que não devem ser simplesmente descartados. Trata-se, antes, de avançar sobre os deslocamentos de sua aplicação. Por exemplo,

em casos de mobilizações sociais, o lugar da técnica enquanto solução consagrada induz um modelo de organização pautada na funcionalidade, na eficiência para cumprimento de etapas, numa série de protocolos sobre o tempo da vida dos diretamente envolvidos. A adequação subordinada se impõe e logo se estabelecem “lideranças” locais que fazem a ponte com os especialistas e assim vai se estruturando um esquema de “porta-vozes”. Esquema hermético no qual os interesses e desejos nas duas vias nem sempre estão presentes nessa linha única de comunicação. Esses protocolos para portar as vozes são mais ou menos matizados conforme cada situação, cabendo nessas linhas uma problematização nas reverberações nos processos de subjetivações aglutinando esses tantos diferentes sob a égide do termo de amparo: a comunidade. Um mal contato na linha: “Mas que comunidade é essa que eu desconheço?” Escutamos certa vez de um antigo morador de um bairro periférico da cidade enquanto era arguido por bolsistas de pesquisa sobre o seu pertencimento àquele bairro. A sua voz rouca e a colocação simples diziam de uma vida que desconhecia a imunidade pacificada, ainda menos em suas novas terminologias.

O espaço de abalo da imunidade pacificada dificilmente será nomeado a partir de si mesmo como comum. Uma revisão do comum declina do comunitário passando pela crítica da ênfase na relação, o com, isolado da imunidade. Trazendo tal crítica para o debate das tecnologias sociais, ela reafirma a ênfase na relação com a comunidade, essa abstração para a fala unidirecional, não em termos de produção da tecnologia, mas em termos de uso mesmo quando acontece alguma apropriação considerada subversiva. Sem estabelecer a relação interna entre o com e a imunidade, ou seja, a abertura para indiscernibilidade entre os termos da relação na baixa resistência ao outro, com a produção de uma diferença ainda não categorizável - talvez, o que existe de comum nesse momento -, o comum deixa de atuar como extrator para figurar como uma palavra de ordem em relações de desigualdade, logo encampando grupos minoritários e grupos comunitários. Parece que estamos falando de um impasse, de uma dificuldade do modo capitalizado contemporâneo de pensar e agir no mundo do qual não escapamos seja como pesquisadores, seja como membros de grupos, comunidade e sociedade. Ainda bem que às vezes desacreditamos nas pretensões subjacentes às categorias abrangentes e bem amparadas.

Para uma outra proporcionalidade intrusiva é preciso pensar com o lado de lá, com os apropriadores das tecnologias sociais vindas das academias e dos criadores de soluções artesanais, formas de

empoderamento à contra pêlo. Desvitimizar os excluídos, os atingidos, provocar estratégias de não inclusão em processos domesticadores. Subverter a folclorização opressiva. Desreconhecer a comunidade pré-fabricada. Esses parecem ser pressupostos perversos, dado o sofrimento causado pelas desigualdades sociais e a necessidade de reconhecimento (de identidades?), mas são atormentamentos na zona de conforto dadas nas relações institucionais e com possibilidade de reverberação em outras dimensões humanas. Relações que aplicam o discurso do comum e da diferença para ampliar as zonas de domínio e subordinação. Assim, a comunidade passa a ser o agrupamento das diferenças de modo a proporcionar uma unilateralidade cooptativa enquanto as diferenças são encampadas em grupos, as tais minorias em sítios bem definidos por cercas expansíveis. Espécies de colônias do saber-poder atreladas majoritariamente ao Estado e subordinados ao capital. Talvez seja preciso um pouco de desilusão sobre essas bandeiras para que as mobilizações sociais não aceitem o pacto neo-colonialista de exploração embutido nas relações do saber-poder. Avançar sobre aquela parte desinteressante, inconformada, incapturável, que se encontra nos restos do processo, nas subjetivações reinventando os modos de vida insubordinados.

E se cabe dizer que “chega às novas figuras quem sabe transpor o limite” (DELEUZE, 1997, p.33), cabe ressaltar que este movimento demanda certa prudência: não eliminar limites, sob o risco de uma diluição generalizada, nem inverter as hierarquias em uma condescendência obsequiosa com aqueles que habitam o além dos limites - da universidade, do conhecimento, da história, da cultura, do humano. Mas um desmanche cuidadoso que faça ruir as cristalizações e preserve os fragmentos expressivos anteriores às agregações que os retêm. Fragmentos de matérias vivas que não assinalam as propriedades estáveis nem as configurações particulares de indivíduos, grupos, objetos ou lugares que os liames saber-poder da cooptação social não cessam de criar. Buscar um fora demandaria talvez o desvio dos clichês da emancipação, da conscientização, da participação, da justiça, do empoderamento e demais convocações de inclusão. O que não implicaria a cumplicidade com seus pólos contrários - exclusão, alienação, exploração, injustiça, dominação - mas constelaria, talvez, uma abertura à heterogeneidade. A chamada realidade social não cessa de obstruir e mutilar as múltiplas e heterogêneas realidades irreduzíveis ao social.

Os restos do processo das tecnologias sociais nesse lugar de desconforto para os criadores nos parecem conduzir à produção de

outras subjetivações. Ensejar movimentos de improvisação, hibridização e criação que carregam a potência do acontecimento. É essa, ao nosso ver, a contribuição ética das tecnologias sociais no sentido de uma construção coletiva para modos de vida pautadas na redução das desigualdades, nas condições de vida entre todos os vivos e para além das pessoas, na valorização do diverso e da reinvenção criativa e crítica de suas realidades.

* **Breno Silva** Doutor em Arquitetura e Urbanismo PPGAU-UFBA (2016). Mestre em Teoria e crítica da arquitetura e do urbanismo NPGAU - UFMG (2007). Graduação em Belas Artes - UFMG (2002) e graduação em Arquitetura e Urbanismo - Instituto Metodista Izabela Hendrix (2003). Professor no IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais) Campus Santa Luzia. Coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo. Coordenador do LITS - Laboratório Integrado de Tecnologia Social do IFMG Campus Santa Luzia.

* **Simone Tostes** Doutora em Geografia IGC-UFMG (2015). Mestre em Teoria e crítica da arquitetura e do urbanismo NPGAU-UFMG (2001). Graduação em Arquitetura e Urbanismo - UFMG (1987). Professora no IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais) Campus Santa Luzia. Pesquisadora do LITS - Laboratório Integrado de Tecnologia Social do IFMG Campus Santa Luzia e do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (EAUFMG).

Ilustração de abertura do artigo
produzida pela bolsista indisciplinar
Marília Pimenta

Referências

- BAPTISTA, Luis Antonio. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.
- BAPTISTA, Luis Antonio. **Noturnos urbanos. Interpelações da literatura para uma ética da pesquisa**. In: Estudos e Pesquisas em psicologia, UERJ, ano 10, n.1, p. 103-117, 1º semestre 2010.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34,1997.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DUNKER, C. **A reinvenção da intimidade. Políticas do sofrimento cotidiano** São Paulo: Ubu, 2016
- LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições SESC São Paulo: n-1 edições, 2014.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 15-21.
- TOPALOV, Christian. **Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-51.